

A PERCEPÇÃO DO ÓRGÃO LICITATÓRIO DA BAHIA COMO USUÁRIO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS CERTAMES PÚBLICOS

Paulo César Barbosa da Silva*

Rosemeire Alves Barreto

Prof. Dr. Antônio Carlos Ribeiro da Silva

RESUMO

As microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP) são responsáveis por uma parcela relevante da economia do país, pois representam o maior número de empresas e maior volume de contratações. Incentivando ainda mais as políticas públicas de desenvolvimento das ME e EPP, a Lei Complementar 123/06 dispõe sobre os benefícios dessas empresas em licitações públicas, uma vez que o volume das compras governamentais se torna uma alternativa de renda para estas. A contabilidade integra o processo licitatório por meio das informações contábeis extraídas das Demonstrações (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício). Por sua vez, tais informações são utilizadas pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) – órgão licitatório do Estado e usuário externo desses dados – como instrumento de decisão na contratação das empresas para participar dos certames públicos. Assim, a presente investigação objetivou mostrar a percepção do órgão (SAEB), envolvido nas licitações públicas do estado da Bahia, como usuário das informações contábeis, oriundas das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que participam dos certames públicos. Para tanto, recorreu-se à fontes bibliográficas e documentos oficiais, bem como utilizou-se o método de pesquisa de campo, a partir do qual foram coletadas entrevistas com duas servidoras da SAEB que lidam diariamente com as licitações públicas do Estado. Ao efetuar as leituras e analisar os dados, concluiu-se que a educação continuada dos profissionais da contabilidade é necessária para assessorar os micro e pequenos empresários nos processos licitatórios, colaborando para que estes alcancem êxito e sucesso no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade. Informações. Lei Complementar. Licitação. ME e EPP.

ABSTRACT

Microenterprises and small businesses (ME and EPP) are responsible for a significant portion of the economy, since they represent the largest number of companies and higher volume of contracts. Further encouraging the public policies of development of ME and EPP, Complementary Law 123/06 provides for the benefits of these companies in public tenders, since the volume of government procurement becomes an alternative income for these. The accounting part of the bidding process through the financial information extracted from the statements (Balance Sheet and the Income Statement). In turn, such information is used by the Secretary of the State of Bahia Administration (SAEB) - bidding agency of the State and foreign user of such data - as a decision making tool in the hiring of companies to participate in public exhibitions. Thus, the present study aimed to show the perception of the body (SAEB), involved in public procurement of Bahia, as a user of accounting information, derived for Micro and Small Businesses participating in public exhibitions. Therefore, we used the literature and official documents sources and used the method of field research, from which interviews were collected with two servants of SAEB dealing daily with state public bids. When making the readings and analyze the data, it was concluded that continuing education for accounting professionals is required to advise the micro and small entrepreneurs in bidding processes, collaborating so that they achieve success and success in the market.

Keywords: Accounting. Information. Complementary Law. Bidding. ME and EPP.

* Estudantes de graduação do 7º semestre do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Visconde de Cairu.

1 INTRODUÇÃO

As licitações públicas se tornaram ao longo dos anos uma ferramenta que proporciona um controle na gestão governamental, pois, regulam as aquisições de bens e serviços do setor público. No Brasil, a área licitatória é regida pela Lei 8.666/93, também conhecida como *Lei das Licitações*.

O ingresso das empresas do setor privado nas aquisições governamentais constituem elementos indispensáveis ao desenvolvimento econômico, sobretudo, quando se tratam de participantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, pois, representam o alicerce da economia nacional.

Para garantir o acesso das ME e EPP às licitações públicas, foi criada a Lei 123/06, cujo objetivo é ampliar a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras governamentais. A Administração Pública é responsável por um grande volume de compras, o que a torna alternativa de negócio para as pequenas empresas.

O desenvolvimento das empresas faz parte do objeto de estudo da contabilidade através do seu patrimônio. Dessa forma as Demonstrações Contábeis são ferramentas essenciais para garantir as informações contábeis. Na Bahia, as Demonstrações Contábeis são utilizadas pela Secretária de Administração do Estado da Bahia (SAEB) – órgão licitatório para a análise da qualificação econômico-financeira dos participantes –, o que reforça ainda mais sua importância.

As informações Contábeis são exigidas para as licitações superiores a R\$ 80.000,00. Todavia, mesmo nos casos de inexigibilidade dos relatórios contábeis, a devida análise faz-se necessária para planejamento operacional. Com a devida compreensão da percepção do órgão licitante como usuário das informações contábeis surgem subsídios que serão necessários nas fases habilitatórias: regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e, principalmente, na qualificação econômico-financeira (exigência conforme edital).

A falta de conformidade das informações contábeis (Demonstrações Contábeis, índices e certidões comprobatórias) se caracteriza como critérios de inabilitação automática e desclassificação do concorrente do processo licitatório, uma vez que, estas informações são imprescindíveis para análise da capacidade do prestador ou fornecedor em honrar com o objeto licitado nas condições estabelecidas no edital convocatório.

Assim, a presente investigação tem como objetivo mostrar a percepção do órgão, envolvido nas licitações públicas do estado da Bahia, como usuário das informações contábeis, oriundas das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que participam dos certames públicos. Ademais, neste artigo pretende-se: demonstrar os benefícios fornecidos pela contabilidade para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; apresentar as Leis que regem as licitações públicas: Lei 8.666/93 Lei das Licitações; Lei Complementar 123/06 (alterada pela LC 147/14) e a Lei 11.619/09 que regulamenta o tratamento diferenciado para as MEs e EPPs no estado da Bahia e apontar as vantagens das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas com a adoção da Lei Complementar 123/06.

Esta investigação está alicerçada nos métodos da pesquisa bibliográfica, bem como da pesquisa de campo. Para endossar as reflexões teóricas e a análise dos dados, foram coletadas publicações disponíveis em livros, revistas, artigos, *sites* da área pública, como secretárias e órgãos de classe como CFC/CRCs. Cabe destacar que informações fornecidas pela (SAEB), através relatórios cadastrais, também foram coletadas. Além desse método, realizou-se pesquisa de campo, na qual profissionais responsáveis pelas licitações públicas do estado da Bahia foram entrevistados.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, além desta primeira. Na segunda seção, se explora e discute a presença das ME e EPP na economia e nas licitações públicas. Enquanto as disposições da LC 123/06 e seus benefícios são o cerne da terceira seção. Na quarta, defende-se a intervenção da contabilidade nos processos de licitação, em auxílio das ME e EPP. Na antepenúltima, são apresentados e analisados os dados coletados nas entrevistas com os dois informantes (duas funcionárias) da SAEB e, por fim, nas considerações finais, reiteram-se as ideias articuladas durante todo o texto, reforçando a importância da contabilidade na mediação entre as ME e EPP e os processos licitatórios.

2 CENÁRIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA ECONOMIA BRASILEIRA

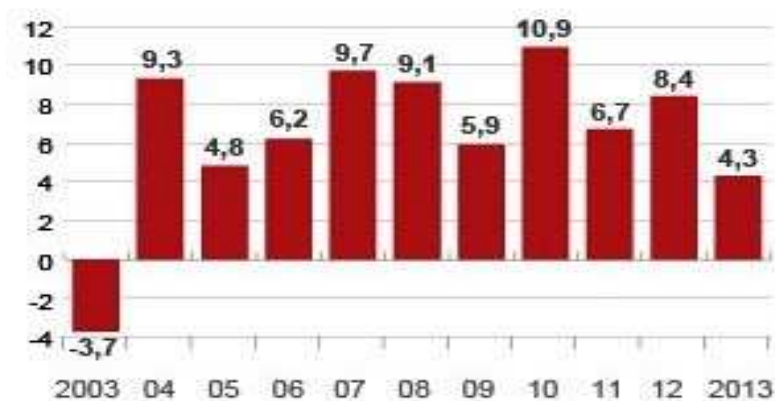
As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) representam a base da economia do país, uma vez que geram empregos diretos indiretos e contribuem para o surgimento de trabalhos temporários, colaborando para o

aumento da renda do país – o Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, fortalecem o setor nas quais estejam inseridas.

Os principais setores da economia do Brasil em que constam as microempresas e aquelas de pequeno porte são: indústria, comércio e serviço, com destaque para as duas últimas. No entanto, a indústria vem ganhando espaço notório com a vertente agropecuária.

O comércio varejista brasileiro, em 2013, fechou com uma alta de 4,3% nas vendas, de acordo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abaixo se apresentam dados da pesquisa divulgados pelo portal de notícias online G1:

Tabela 1 – Variação das Vendas Acumuladas em 12 meses



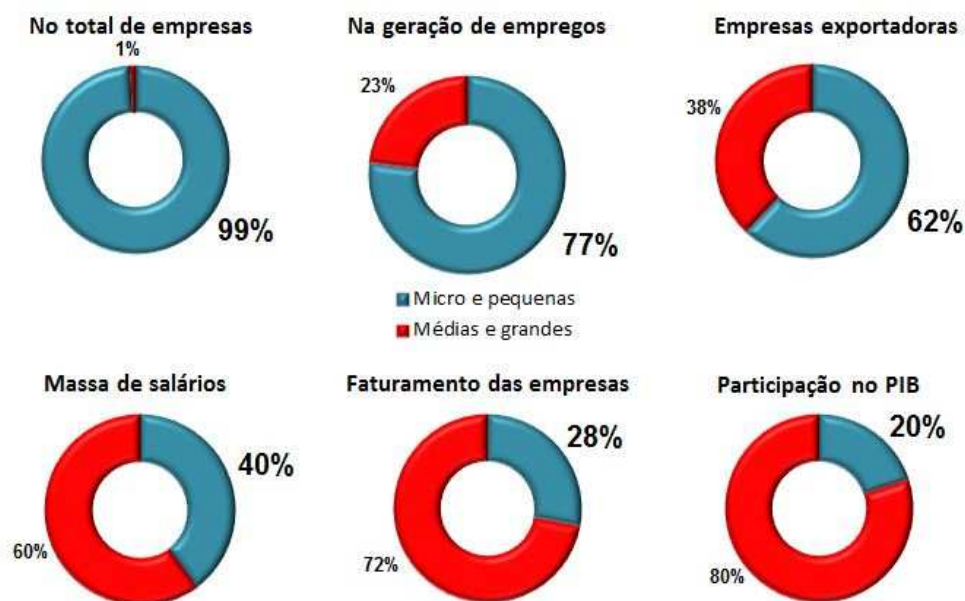
Fonte: IBGE



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apud site G1.com.br.

As microempresas e empresas de pequeno porte têm uma participação relevante na atual conjuntura econômica do Brasil. De acordo com o diretor do SEBRAE Carlos Alberto dos Santos, em entrevista à *Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, elas representaram, em 2013, o índice de 99,1% da economia nacional e contribuíram com 77% na geração de empregos com carteira assinada.

Tabela 2 – A importância das MPEs na economia brasileira



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, 2013.

As estratégias para o desenvolvimento econômico do Brasil passam pelas iniciativas voltadas para o universo das microempresas e empresas de pequeno porte, cujo diferencial encontra-se no faturamento, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Enquadramento ME e EPP

ENQUADRAMENTO	FATURAMENTO ANO
ME	Até R\$ 360 MIL
EPP	Até R\$ 3,6 MILHÕES

Fonte: Portal do Empreendedor

A participação das MPEs na economia é fator primário no desenvolvimento da nação. Tal fator chama a atenção de diversos órgãos de pesquisas econômicas sociais do Brasil, como por exemplo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para o crescente número de empresas constituídas, em desenvolvimento e mortalidade.

Algumas das estratégias encontradas nos últimos anos pelo Legislativo foram a criação da *Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas*, em 2006 (Lei Complementar 123/06), implantação do *Micro Empreendedor Individual (MEI)*, em 2009 (Lei complementar 128/08 que altera a 123/06), e ampliação do limite de faturamento do Simples Nacional, em 2012.

Esses fatos, associados à melhora na competitividade nos diversos setores, tendem a proporcionar um índice maior de crescimento econômico, geração empregos, maior arrecadação de impostos, melhor distribuição de renda e aumento substancial na qualidade de vida da população brasileira.

3 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AS LICITAÇÕES PÚBLICAS

O desenvolvimento da economia do Brasil faz-se necessário para alcançar melhores condições na qualidade de vida da população. Para tanto, o desenvolvimento econômico do país está atrelado à renda *per capita* que, por sua vez, está ligada aos vínculos empregatícios com empresas.

A presença das microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP) na economia é marcante e possui relevância devido ao potencial de geração de emprego e renda. Atentos a esse fator socioeconômico, o legislativo passou a incentivar a participação de tais entidades nas compras realizadas e nos serviços ofertados pelo governo.

As políticas públicas voltadas ao estímulo do desenvolvimento econômico e competitividade são apresentadas na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 170, Da Ordem Econômica e Financeira:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

IV – Livre Concorrência;

[...]

VIII – Busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995). (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A CF 88 vai além; promove o tratamento diferenciado em todas as esferas do governo para as microempresas e empresas de pequeno porte, no seu artigo 179:

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 1988).

Esse tratamento diferenciado surgiu com base no Direito econômico que “é o conjunto de princípios, de regras e de instituições que visa à intervenção do Estado no domínio econômico” (MARTINS, 2009, p. 92). Segundo Martins, essa intervenção econômica do Estado pode ocorrer por meio das empresas públicas ou capital misto, de forma direta, e por meio de estímulos, apoio à atividade desenvolvida de caráter econômico por empresas privadas, intervenção de forma indireta. Exigência proposta no artigo 174 CF 88:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (BRASIL, 1988).

Para exercer o Poder de Intervenção econômica e atender aos artigos 170 e 179 (comando constitucional), o Governo Federal estabeleceu o *Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP)/Lei Complementar nº 123*, de dezembro de 2006, posteriormente alterada pela *Lei Complementar nº 128*, 19 de dezembro de 2008 e 147 de 07 de agosto de 2014.

3.1 LEI COMPLEMENTAR 123/06 (alterada pela 147/14)

A *Lei Complementar nº 123*, de dezembro de 2006¹, conhecida como *Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte* ou ainda como *Lei Geral das MEs e EPPs*, foi criada para regulamentar os artigos 170 e 179 da *Constituição Federal* de 1988. Sua criação foi um marco regulatório das políticas públicas de caráter econômico.

A LC 123/06 aponta as necessidades de políticas públicas que assegurem benefícios para as MEs e EPPs. A LC 123/06 garante a igualdade e os direitos praticados até então somente pelas médias e grandes empresas no que se refere às aquisições de bens e serviços governamentais.

No artigo 1º, estabelece a unificação de tributos (impostos e contribuições) das esferas Federais, Estaduais e Municipais como, por exemplo:

Quadro 2 – Impostos Unificados para as ME e EPP.

¹ Doravante, a abreviação LC 123/06 ocupa o lugar da denominação *Lei Complementar nº 123*, de dezembro de 2006.

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
IRPJ		
CSLL		
PIS		
COFINS	ICMS	ISS
IPI		
INSS		

Fonte: Simples Nacional.

Além da unificação dos impostos e tributos acima citados, a LC 123/06 determina a dispensa do cumprimento de algumas obrigações acessórias, previdências e trabalhistas. Determina ainda o acesso facilitado ao crédito e preferências nas compras públicas e estímulo na atualização tecnológica.

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. (BRASIL, 2006).

A LC 123/06 visa atender, em seu capítulo V, o acesso ao mercado com o tratamento diferenciado (benefícios) para as empresas enquadradas como ME e EPP, conforme dispõe o art. 47:

Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente. (BRASIL, 2006).

Esse tratamento favorecido deve ser no âmbito das esferas do Poder Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municipal. Os benefícios ofertados para as MEs e EPPs são: preferência nas contratações por meio do desempate de preços, licitações e cotas exclusivas, habilitação diferenciada e possibilidade de exigências de subcontratação.

3.2 BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

As microempresas e empresas de pequeno porte apresentam um lugar de destaque na economia e geração de emprego no país. Levando em consideração a representatividade das compras governamentais, o legislativo atribuiu benefícios, com a LC 123/06, para as empresas participantes das licitações públicas que se enquadram no perfil exigido por Lei como ME ou EPP.

De acordo a legislação brasileira, consideram-se MEs ou EPPs as sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) e os empresários devidamente registrados no órgão competente e que auferiram em cada ano-calendário a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 para ME e R\$ 3.600.000,00 para enquadramento como EPP.

As empresas enquadradas como ME e EPP dispõem de alguns benefícios nos certames públicos. Tais privilégios, em relação às licitações e contratos administrativos, são apresentados na LC 123/06.

3.2.1 Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista

Na fase de habilitação da regularidade fiscal e trabalhista, a Lei Complementar 123/2006 estabelece a possibilidade de saneamento das falhas no momento da apresentação da documentação exigida no edital convocatório.

As documentações exigidas na fase de habilitação para a regularização fiscal e trabalhista são, a saber: *Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)* – deve ser apresentado para comprovar que a empresa está devidamente cadastrada como PJ e está ativa; *Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal* – do qual deve ser apresentada a inscrição de cadastro na esfera estadual (empresas comerciais) ou municipal (empresas prestadoras de serviços), a qual se refere ao ramo de atividade e compatível com o objeto social estabelecido em contrato ou estatuto. Ademais: *Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal* – certifica que a empresa está recolhendo impostos e taxas referentes a cada esfera; *Certidão de regularidade com a Fazenda Federal* – engloba a Seguridade Social (INSS) e certifica que a empresa está quite com as exigências fiscais da Fazenda Federal;

Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – certifica o recolhimento da contribuição que serve de aparo ao trabalhador. Por fim, é exigida a *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)* – certifica que a empresa está cumprindo com as suas obrigações trabalhistas, logo, serve de garantia para o trabalhador.

O artigo 42 da LC 123/06 determina que não é vedada a participação em licitações de empresas com irregularidades fiscais. Reiterando a disposição do artigo anterior, o artigo 43 determina que as empresas enquadradas como ME e EPP devem apresentar os documentos mesmo com vícios ou restrições no momento da habilitação. Com isso, depreende-se que a regularização é exigida apenas para efeito de assinatura do contrato.

Em caso de vícios ou restrições, o licitante terá prazo de cinco dias úteis para regularizar a situação, a contar da declaração do vencedor no certame, podendo ser prorrogável por igual período a critérios administração pública. Se não houver apresentação da regularização da documentação fiscal, no prazo determinado pela administração do certame, ocorrerá decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/1993. Nesse caso, convoca-se o licitante remanescente, respeitando a ordem de classificação para assinatura do contrato ou a revogação da licitação.

3.2.2 Empate ficto

Em licitações públicas, é assegurado às ME e EPP a preferência de contratação como critério de desempate. É considerado empate, na hipótese das microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem propostas iguais ou superiores a 10% da melhor proposta classificada, exceto pregão cuja diferença percentual será de 5%, como presume artigo 44 da LC 123/2006, em caso de empate.

O objetivo do empate ficto é fomentar a contratação das MEs e EPPs conforme inciso 2º do artigo 45. Presume-se que o empate ficto só é possível nas licitações de critério “menor preço”, não sendo viável para licitações baseada em “melhor técnicas” ou “técnica de preço”.

Em caso de empate ficto, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada deve apresentar proposta de preço inferior à proposta

classificada em primeiro lugar (não se aplica no caso da classificada, seja ME, seja EPP). Se não apresentar proposta mais vantajosa, são convocadas as MEs e EPPs remanescentes que se enquadram nos critérios de empate ficto, respeitando a ordem de classificação para prevalecer os mesmos direitos (princípio da igualdade).

Na hipótese de haver duas ou mais empresas empatarem, quanto ao valor da proposta vantajosa, é decidida por sorteio a que deve apresentar nova proposta. Enquanto na modalidade pregão, as MEs e EPPs que obtiverem melhor classificação, são convidadas a apresentar uma nova proposta no tempo máximo de cinco minutos após encerrar os lances, sob pena de preclusão.

Cabe lembrar que se as microempresas e empresas de pequeno porte, convocadas para desempate, não apresentarem as propostas, a proposta inicial é proclamada vencedora do certame.

3.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS LICITAÇÕES

A LC 123/06 dispõe, nos art. 47 a 49, tratamento diferenciado para as ME e EPP na forma de hipóteses especiais em licitações. O estado da Bahia é um dos poucos estados que têm sua própria Lei aplicada para as licitações e tratamento diferenciado para as ME e EPP, sendo a Lei 9.433 de 01 de março de 2005 e a Lei 10.619 de 10 de dezembro de 2009, respectivamente.

O tratamento é disposto nos seguintes critérios: *Licitações Exclusivas*; *Reserva de Cotas* e *Subcontratação*. Convém esclarecer que as *Licitações Exclusivas* são reservadas e exclusivas para ME e EPP cujos valores das licitações não ultrapassem R\$ 80.000,00. Já a *Reserva de Cotas* prevê a reserva de 25% do objeto das licitações de bens e serviços e natureza divisível; enquanto a *Subcontratação* exige que o licitante vencedor realize subcontratação de até 30% de ME e EPP do objeto licitado, não podendo exceder este limite.

As microempresas e empresas de pequeno porte são beneficiadas com Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Para usufruir de tais benefícios, os empresários são obrigados a declarar o enquadramento (ME ou EPP), conforme art. 11 da LC 123/06:

O art. 11 do regulamento federal estabelece que, para fins de obtenção de benefícios nas licitações, deverá ser exigido dos licitantes uma declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a

qualificação como M E/EPP, estando aptos a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na LC nº 123/06. (BRASIL, 2006).

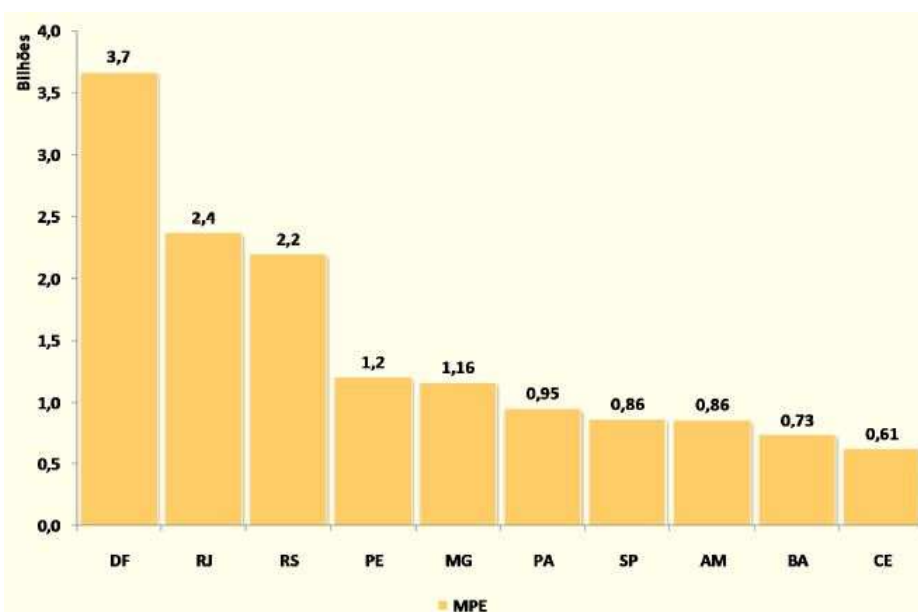
No entanto, a ausência da referida declaração não impede a participação no certame público, mas, afasta o tratamento diferenciado para a ME e EPP.

3.4 PARTICIPAÇÃO DAS MEs E EPPs NAS LICITAÇÕES

A participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas vem crescendo nos últimos anos com o advento da LC 123/06. Em 2013, a evolução da participação das ME e EPP no cenário nacional estava na casa dos 30%, conforme dados da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI (BRASIL, 2013). Em termos regionais, as ME e EPP do Sul, Sudeste e Nordeste apresentam os maiores índices de poder de compra do país, com 25%, 23% e 21% respectivamente.

Na Bahia, essa evolução está abaixo da média nacional, apresenta 25% de crescimento no período de 2008 a 2013, conforme dados apresentados pela SAEB em 2013. Ainda assim, a Bahia permanece entre os 10 primeiros estados com maior volume de compras praticadas pelas MEs e EPPs, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Valor das compras por UF e porte (2013)



Fonte: Comprasnet apud SLTI 2013.

Para ratificar o crescimento das microempresas e empresas de pequeno porte nos certames públicos, o registro dos cadastros dos fornecedores (comprasnet) em território nacional foi elaborado, em 2013, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Nesse controle, constam os seguintes dados por região:

Tabela 4 – Total de fornecedores cadastrado por região e porte 2013

Região	Total de Fornecedores cadastrados	TOTAL %	MPE	MPE %	OUTROS	OUTROS %
Nordeste	57.600	19	34.900	60,59	22.700	39,41
Norte	28.000	9	18.700	66,79	9.300	33,21
Sudeste	110.900	37	61.900	55,82	49.000	44,18
Centro-Oeste	45.300	15	24.300	53,64	21.000	46,36
Sul	61.700	20	36.100	58,51	25.600	41,49
TOTAL	303.500	100	175.900		127.600	

Fonte: Comprasnet apud SLTI 2013.

O aumento dos cadastros das MEs e EPPs que participam das licitações públicas domina todo o cenário brasileiro, pelo fato das compras governamentais serem uma alternativa de renda. Existem fatores que agregam o desenvolvimento dessas empresas nos certames, dos quais se destaca o planejamento, e, nesse aspecto, a relevância da contabilidade é expressiva.

4 A CONTABILIDADE E AS ME E EPP PARTICIPANTES DAS LICITAÇÕES

A contabilidade é um fator relevante para a sobrevivência das microempresas e empresas de pequeno porte que se aventuram no seguinte das compras governamentais como alternativa de faturamento (clientela). Para sustentar tal afirmação, convém mencionar Silva (2013) que reconhece a importância de se adotar mecanismos de sobrevivência das MEs e EPPs, dos quais a contabilidade também faz parte:

[...] as rápidas mudanças comportamentais, o aumento exacerbado da concorrência, os avanços tecnológicos e outras questões são variáveis que constantemente acabam levando as pequenas e medias empresas em busca de novas soluções para as suas dificuldades estruturais e sobrevivência. (SILVA, 2013, p.1).

A contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das entidades, fornece informações aos usuários para as tomadas de decisões, logo, precisa gerar instrumentos que sirvam de orientadores administrativos e gerenciais. A ciência contábil está presente em todo o processo licitatório, desde o planejamento inicial, o processo de habilitação até a escrituração dos fatos.

No planejamento operacional, deve se levar em conta a capacidade de cumprir com o objeto licitado. Para tanto, faz-se uso da contabilidade de custo (atividades industriais e comerciais), e, nas atividades de prestação de serviço, deve ser feito um levantamento de todas as despesas possivelmente necessárias, para que possa ser formulada a proposta ou analisada a viabilidade do objeto licitado.

A contabilidade está presente também na fase de habilitação fiscal e trabalhista, uma vez que, são necessárias certidões e certificados para efetuar o cadastro e comprovar alguns aspectos exigidos nos editais. Além do mais, esses documentos são imprescindíveis para conclusão da licitação (fase de assinatura contratual).

A Secretária de Administração do Estado da Bahia (SAEB) faz parte do conjunto de usuários externos da contabilidade, ou seja, ela consegue fornecer informações para todos os usuários tomarem decisões por meio do objetivo da ciência contábil. Essa apropriação da cultura contábil é observada por Lopes Sá (1999, p.89) que sintetiza: “muitos são, pois, os que se beneficiam da cultura contábil e de suas tecnologias e aplicações científicas”.

O órgão licitante da Bahia utiliza as informações contábeis que são extraídas das Demonstrações Contábeis do último exercício social (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício). As Demonstrações contábeis, segundo a NBC TG 1000 do CFC, têm como objetivo:

Oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação. (BRASIL, 2009).

As principais informações são: total do patrimônio, capital de giro líquido, patrimônio líquido (há uma exigência que veda o participante de concorrer a licitações, cujo objeto licitado seja superior em 10x o patrimônio líquido), lucro apresentado no último exercício. Além das Demonstrações Contábeis, o licitante

deve apresentar os índices econômico-financeiros como: Liquidez Corrente e Grau de Endividamento.

As informações fornecidas pela contabilidade e pelos relatórios gerenciais (demonstrações e índices) são relevantes para as empresas que almejam ter como cliente o Estado, uma vez que a falta delas acarreta em inabilitação do participante. Dessa forma, a empresa perde uma oportunidade de negócio.

Assim, é necessário que a contabilidade esteja preparada para assessorar o empresário, através da educação continuada.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Em busca da resposta da problemática proposta deste artigo, foram realizadas 2 (duas) entrevistas com profissionais (servidores públicos) da Secretária de Administração do Estado da Bahia (SAEB) que lidam diariamente com as licitações públicas do Estado. Nesta apresentação e análise das entrevistas as informantes serão denominadas entrevistadas “X” e “Y”.

O objetivo foi compreender o mecanismo que envolve as licitações públicas, as microempresas e empresas de pequeno porte e as informações contábeis oriundas destas entidades, uma vez que, estas informações são necessárias em todas as fases licitatórias.

As compras governamentais, através das licitações, tem relevância na economia, principalmente por intermédio das microempresas e empresas de pequeno porte. Considerando o cenário econômico proporcionado por essas empresas, questionou-se quais são os principais desafios enfrentados pelas ME e EPP que participam das licitações públicas do estado da Bahia às entrevistadas. A resposta da servidora X encontra-se transcrita no trecho abaixo:

Creio que o principal obstáculo é a informação sobre como se organizar para participar das licitações. As microempresas e empresas de pequeno porte em regra não possuem meios para capacitação, ainda mais se tratando de matéria específica, que não está diretamente relacionada à sua atividade finalística. O processo de licitação traz regras incomuns, não usualmente utilizadas no mundo comercial e por isso precisam ser estudadas por quem pretende participar. (Informação verbal).

A entrevistada Y respondeu da seguinte forma:

Os principais desafios das microempresas e empresas de pequeno porte são: atraso no pagamento e burocracia por parte do Estado e ter os documentos em dias (falta de pagamento do FGTS e INSS). Esses fatos impedem o pagamento. Além disso, a capacitação é outro fator desafiante para estas empresas. (Informação verbal).

Ambas as entrevistadas citaram a capacitação como fator relevante e desafio para as ME e EPP que participam das licitações. A observação das servidoras procede, uma vez que o processo licitatório é complexo e requer estudos e devida compreensão do edital convocatório (regras do jogo).

Conforme o manual de orientações da SAEB (2005, p.22), o conceito de edital corresponde a:

Edital é o instrumento convocatório que estabelece as condições de participação na licitação. É a Lei interna da licitação, vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas, não podendo exigir-se ou decidir-se além ou aquém daquilo previsto [...]. (BAHIA, 2005).

Além do fator capacitação, a entrevistada Y abordou três outros fatores que desafiam as ME e EPP desde fase inicial ao desenvolvimento do contrato firmado, a saber: burocracia do Estado; pagamento e regularidade documental. A burocracia da parte do Estado ocorre devido ao processo de transparência e exigências legais, o que acaba tornando ainda mais complexas as licitações. Se o excesso de formalidade e uniformidade torna lento qualquer procedimento, no que respeita à Lei Lei 8.666/93, Pimenta, citado por Carvalho (2014), salienta que acarreta “uma demora excessiva para a realização de qualquer processo de compra além de se apresentar como uma forma de controle burocrático de eficácia duvidosa”.

Quanto ao pagamento, ressalta-se que as compras governamentais apresentam um volume grande na economia. Assim, a demanda de pagamento também se avoluma no setor financeiro do órgão licitante. Para prevenir possíveis entraves nesta etapa, as empresas devem se planejar para que estes prazos longos não afetem o seu operacional (capital de giro).

Atrelado aos itens acima, a regularidade da documentação é exigida em todas as fases de um processo licitatório. Faz parte da habilitação jurídica e é item obrigatório de comprovação para realização de pagamento de faturas, devido à responsabilidade solidária do Estado.

A contabilidade é uma ciência com potencial visionário e amplo. Partindo dessa premissa, questionou-se às entrevistadas como a Contabilidade pode

contribuir para as empresas que se enquadram como ME e EPP que participam de processos licitatórios. A entrevistada X respondeu da seguinte forma:

O Contador tem um papel fundamental no êxito das micro e pequenas empresas, por ser o profissional mais próximo dessas entidades. É muito difícil encontrar uma pequena empresa que tenha como consultor um advogado, economista ou administrador. O que vemos é que toda a consultoria dos empresários de pequenas empresas está concentrada no contador. E, por isso, esse profissional tem uma enorme responsabilidade, pois é através dos seus conhecimentos técnicos que a pequena empresa pode se desenvolver. Em relação à participação em licitações, o Contador que conhece as regras do processo pode auxiliar na regularização e organização da documentação necessária, além de alertar sobre os riscos que precisam ser considerados antes da elaboração de uma proposta. Sem essa orientação, a pequena empresa está fadada a percorrer um penoso caminho até conseguir sucesso numa licitação. (Informação verbal).

Expressando pensamento consoante ao da entrevistada X, a entrevistada Y respondeu:

A contabilidade pode contribuir de diversas formas com as microempresas e empresas de pequeno porte que participam do processo licitatório, uma vez que, o contador está sempre próximo dessas empresas prestando consultoria e assessoria na capacitação do pessoal e dos empresários. Além dessas contribuições, a contabilidade pode contribuir com a documentação (organização) exigida nos processos licitatórios. Outras contribuições são com os relatórios (Demonstrações Contábeis, certificados e índices) exigidos. (Informação verbal).

Nas respostas das entrevistadas, ficam claras a importância e as inúmeras contribuições da contabilidade para as empresas que participam das licitações públicas. Ambas as entrevistadas mencionaram a aproximação que o contador tem das micros e pequenas empresas, seja de forma individual ou o conjunto profissional (contabilidade), o que permite depreender que a contabilidade está inserida nas consultorias e assessorias. Tais atividades são primordiais para o desenvolvimento de qualquer entidade e, em especial, para as ME e EPP devido a sua fragilidade econômica.

A entrevistada X mencionou as orientações para prevenir riscos de inabilitação ou insucesso da proposta. Esse risco está atrelado principalmente ao operacional, uma vez que, a capacidade de honrar com o objeto licitado é fundamental para Administração Pública. Além disso, há um gasto alto para a realização de uma licitação, o que leva o Estado, conforme o art. 57 da Lei 8.666/93, a poder prorrogar o prazo do contrato.

A fim de não se deparar com entraves durante o processo operacional, recomenda-se também atentar para o princípio da economicidade da administração pública, ou seja, atentar para a elaboração da proposta mais vantajosa. Dessa forma, o planejamento operacional dos participantes é fundamental para o desenvolvimento econômico.

Para honrar com o contrato firmado com a Administração Pública, as empresas devem elaborar e seguir fielmente o seu orçamento. Conforme Carneiro e Matias (2011, p.2) “orçamento empresarial é a projeção de receitas e gastos que uma organização elabora para determinado período de tempo”. Ainda de acordo com os autores, o orçamento é um instrumento de planejamento e controle de suas atividades.

Outra questão importante, mencionada nas respostas é a organização da documentação necessária para os processos. As ME e EPP devem apresentar o certificado da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) para provar o enquadramento econômico e, assim, gozar dos benefícios disponíveis para pequenas empresas. Além dessa comprovação, devem-se apresentar todos os outros certificados que são exigidos para a regularização fiscal e trabalhista e para a qualificação econômico-financeira (esta última nos casos exigidos).

Considerando o contexto econômico favorável que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentam na economia e o volume de compra ofertado pela Administração Pública, questionou-se às entrevistadas de que forma as ME e EPP poderiam ter mais destaque nos certames e, conseqüentemente, no cenário econômico em que estejam inseridas. A entrevista X emitiu a seguinte resposta:

Organização é a palavra chave para obter êxito nas licitações. A empresa que se estrutura e se prepara para negociar com a Administração Pública certamente vai conseguir o contrato. O primeiro passo é se inscrever nos Cadastros de Fornecedores mantidos pelos entes públicos. A União e os Estados possuem cadastros de fornecedores que facilitam a participação em licitações possibilitando a substituição da documentação exigida nos certames pelo Certificado de Registro Cadastral.

Também é importante acompanhar a publicação dos editais de licitação através dos portais de compras da União, dos Estados e Municípios para escolher qual negócio a empresa está apta a concorrer. Somente após a leitura do edital é possível saber qual o objeto e as regras da contratação pretendida pela Administração e se a empresa tem condições de cumprir com as obrigações do contrato.

O empresário atento às oportunidades de negócios com a Administração Pública pode aproveitar os benefícios para microempresas e empresas de

pequeno porte nas licitações e ampliar sua clientela, passando a fornecer para órgãos públicos. (Informação verbal).

A entrevistada Y respondeu da seguinte maneira ao questionamento:

São várias as maneiras das ME e EPP terem destaque nas licitações públicas. Com o advento da Lei 123/06 essas empresas adquiriram benefícios importantes. Existem as formas benefícios, como licitações com valores até R\$ 80.000,00 que são exclusivas para as microempresas e empresas de pequeno porte. No entanto, a capacitação é a palavra para essas empresas. Nosso objetivo (SAEB) é ampliar a participação dessas empresas nos certames, devido a sua relevância na economia do Brasil. Muitas das empresas vencedoras são ME e EPP. (Informação verbal).

As entrevistadas mencionaram duas palavras de ordem para garantir destaque e sucesso em qualquer segmento empresarial: organização e capacitação. Nas licitações públicas, é fundamental que o participante tenha consciência da importância dessas palavras, ou melhor, é imprescindível praticá-las. Ademais, as informantes enunciaram dados que enriquecem esta discussão: X mencionou que o empresário deve estar atento às oportunidades de negócios com a Administração Pública, enquanto Y disse que a maioria das empresas vencedoras são ME e EPP.

Ao transformar tais informações em dados precisos, apresentam-se aqui o valores de compras praticadas pela Administração Pública Estadual no ano de 2013 (dados fornecidos pela SAEB em 28 de maio de 2014): o volume de compras do Estado foi de R\$1.669.817.070,38; o volume comprado por meio de ME e EPP foi de R\$ 420.342.707,81; e as licitações que foram realizadas exclusivamente para essas empresas totalizaram em R\$ 21.858.257,05.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 prevê, no art. 170, o tratamento diferenciado para as ME e EPP, ratificado, posteriormente, com a Lei Complementar 123/06. Em consonância com as determinações constitucionais, questionou-se às entrevistadas se a LC 123/06 vai de encontro ao princípio da isonomia das licitações públicas, estabelecido pela Lei 8.666/93, em relação ao tratamento dado à regularidade fiscal e aos critérios de desempate. Segue a resposta da entrevistada X:

O tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, regras que estão insertas no Capítulo V da Lei Complementar n.º 123/2006, estão fundamentadas no arts. 170 e 179 da Constituição Federal, não havendo qualquer afronta ao princípio da isonomia estabelecido pela Lei n.º 8.666/93. Ao revés, o tratamento

diferenciado é o cumprimento deste princípio, que consiste em igualar os desiguais na medida da sua desigualdade.

É correto afirmar, ainda, que estas medidas visam o alcance de um objetivo maior do que permitir a participação de pequenas empresas nas licitações. Tanto a preferência na contratação como a apresentação da regularidade fiscal tardia promovem a ampliação da distribuição dos recursos despendidos pela Administração Pública e, como consequência, gerar mais renda para que os pequenos empreendimentos possam crescer. (Informação verbal).

Enquanto a entrevistada Y respondeu de forma sintética: “Não diria que vai de encontro ao princípio da isonomia (igualdade), tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente na medida das suas desigualdades. Ex.: empate ficto.”. Ambas foram objetivas ao mencionar que a LC 123/06 não afronta o princípio da isonomia, estabelecido pela Lei 8.666/93, uma vez que essas empresas apresentam características que as diferenciam das grandes.

De acordo o SEBRAE, as ME e EPP geram mais e são responsáveis pelo maior volume de contratações do país. No entanto, há autores que afirmam existir critérios que são utilizados pelo legislador que vai de encontro ao princípio isonômico:

O subscritor do presente texto, muito embora não considere em tese inconstitucional o privilégio concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte, aproveita o ensejo para expressar a discordância com a opção do legislador de fazê-lo por meio de licitação pública. O privilégio deveria ser apenas de ordem fiscal e relacionada a outros elementos burocráticos. Ele não deveria tocar a licitação, criando embaraços procedimentais quase invencíveis e, de modo geral, desencorajando a participação de outras empresas, o que não se afaz ao princípio da competitividade. (NIEBUHR, 2007, p.3).

O autor se refere ao tratamento dado no empate ficto, em que é facultado às ME e EPP a apresentação de uma nova proposta de até 10% ou 5%, na modalidade pregão, superior à proposta do participante mais bem classificado. Convém lembrar que tal situação está prevista na Lei 123/06 em seu art. 44 e 45, porém a competitividade entre empresas torna-se sem isonomia, uma vez que esse benefício não se aplica àquelas não enquadradas como ME e EPP, o que dificulta ainda mais o ganho das licitações. Ainda conforme Niebuhr:

O contratado receberá remuneração em razão da execução do contrato, o que lhe produz espécie de benefício de ordem econômica. Em vista disso, todos os interessados em colher tal benefício têm o direito de ser tratados com igualdade pela Administração. Logo, para tratar todos com igualdade, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente,

dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar. (NIEBUHR, 2007,3.).

A contabilidade está presente em todo o processo licitatório, de modo que as informações contábeis são essenciais na fase de habilitação, mais precisamente na qualificação econômico-financeira. Levando em conta essas constatações, questionou-se às entrevistadas quais os critérios utilizados pelos órgãos contratantes nas análises de qualificação econômico-financeira indispensáveis para a garantia do cumprimento das obrigações, conforme art. 102 da Lei 9.433/05, Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado da Bahia. A entrevistada X iniciou respondendo da seguinte forma:

Em regra, para os contratos de menor vulto e para os de entrega imediata, dispensa-se a qualificação econômico-financeira nas licitações. Apenas para os contratos com valor superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) e para os de prestação continuada os órgãos da Administração Pública exigem documentos que comprovem a boa situação financeira da empresa a ser contratada. Os documentos consistem na apresentação da Certidão Negativa de Concordata e Recuperação Judicial e no Balanço Patrimonial da empresa relativo ao último exercício já exigível, na forma da lei. Além disso, pode ser exigido patrimônio líquido de até 10% do valor da contratação, a demonstração de índices contábeis que comprovem a situação financeira da empresa e a declaração dos compromissos assumidos para que possa ser verificado o comprometimento financeiro da empresa com outros contratos. (Informação verbal).

Enquanto, a entrevistada Y respondeu brevemente: “A equipe da Secretaria de Administração do Estado da Bahia faz a análise legalística e avalia toda a documentação e índices (conforme a Lei e o instrumento convocatório).”.

A análise econômico-financeira realizada nas licitações públicas faz parte da essência da contabilidade. Esses dados transmitem informações, quanto ao patrimônio, capacidade de pagamento e operacional além das certidões que atestam o cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e operacionais, o que reforça o objetivo da ciência contábil.

Persistindo no tema contabilidade e informações contábeis – extraídas das Demonstrações Contábeis – oriundas das empresas participantes das licitações públicas, questionou-se às entrevistadas quais os principais erros detectados nas Demonstrações Contábeis apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte para qualificação econômico-financeira. São palavras da entrevistada X, em sua réplica:

É comum a apresentação de demonstrações contábeis em desacordo com a legislação, especialmente balanços transcritos, sem Termo de Abertura e de Encerramento. Também ocorrem equívocos em relação aos lançamentos, com erros de cálculo. Esses equívocos nos documentos contábeis trazem enorme prejuízo para as pequenas empresas, que são inabilitadas dos processos licitatórios e perdem a oportunidade de negócio. (Informação verbal).

Consoante a X, a entrevistada Y enuncia resposta similar:

Os erros nas Demonstrações Contábeis são comuns de acontecer, na elaboração principalmente nos Balanços Transcritos (Ativo diferente do Passivo). Sou contadora, mas, não atuo no setor das análises das documentações inclusive as Demonstrações Contábeis, no entanto, com frequência colegas vêm até eu [sic.] tirar dúvidas sobre os documentos contábeis (isso pode? Está certo?). Esses erros causam a desclassificação (inabilitação) do participante e a justificativa do empresário é o déficit da contabilidade. Deve existir sempre a consciência da capacitação continua dos empresários e contadores (todos os envolvidos). (Informação verbal).

As entrevistadas X e Y tiveram semelhantes respostas diante do nosso questionamento, ficando evidente a preocupação da SAEB com os inúmeros equívocos da contabilidade nas Demonstrações Contábeis. A contribuição da contabilidade não se restringe somente à elaboração e à apresentação de algumas Demonstrações como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (exigidas para a qualificação econômico-financeira). Para além dessa tarefa, a Contabilidade é a ciência que tem como objeto o estudo do patrimônio das entidades e como objetivo fornecer informações para as tomadas de decisões, ultrapassando assim, o limitado fornecimento dois relatórios a um usuário externo (SAEB, neste caso).

As entrevistadas mencionaram em suas respostas a consequência dos erros, falhas, desacordos legislativos que refletem o operacional da empresa e comprometem sua continuidade no processo licitatório, uma vez que, essas situações são critérios de inabilitação do participante. Em todas as respostas das entrevistadas, fica evidente que a contabilidade tem potencial de colaboração para as empresas que participam dos processos licitatórios, pois estão constantemente em contato com essas empresas e fornecem as informações exigidas para a SAEB e gerenciais para os empresários tomarem as decisões.

Com isso, a cobrança e a responsabilidade da contabilidade se tornam maiores, uma vez que essas informações formam a vida operacional dessas entidades que se aventuram no mercado das compras governamentais. Logo, fica

evidente a necessidade da educação continuada para os profissionais, para que os mesmos possam atender da melhor forma os seus clientes, ou seja, prestar uma assessoria que proporcione os resultados esperados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As microempresas e empresas de pequeno porte apresentam uma parcela significativa da geração de renda e emprego do país, ou seja, representam a base da economia brasileira. Dessa forma, o Legislativo cria alternativas para incentivar essas empresas no mercado altamente competitivo.

A Lei Complementar 123/06 é uma das políticas de incentivo para as ME e EPP. Com seu advento houve a unificação tributária (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IPI, ICMS e ISS) e recolhimento por alíquota diferenciada. Além da alteração do modelo tributário, as empresas enquadradas como ME e EPP, cujo limite de faturamento é R\$ 360.000,00 e R\$ 3.600.000,00, respectivamente, adquiriram o direito constitucional do tratamento diferenciado e favorecido nas licitações públicas, isto é, benefícios nas compras governamentais.

Dentre os benefícios dispostos no Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (LC 123/06), destacam-se o saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista, critérios de desempates (empate ficto) e tratamento diferenciado, como as licitações exclusivas, reserva de cotas nos certames de caráter divisível e a exigência de subcontratação.

O reflexo da Lei Complementar 123/06 está no aumento da participação das ME e EPP nos processos licitatórios e nas efetivas compras governamentais (contratos assinados). Para ilustrar tal afirmação, convém apresentar alguns números: a evolução da média nacional de 2007 a 2013 foi de 30% e a Bahia contribuiu com 25%. Em 2013, o cadastro de fornecedores (comprasnet) apresentou 57,96% MPE e 42,04% outros portes. Na Bahia, o valor das compras governamentais com as MPE foi entorno de 73 bilhões de reais.

A contabilidade está envolvida em todas as fases de um processo licitatório. Com participantes enquadrados como ME e EPP esse envolvimento é ainda mais intenso, pois, os riscos são maiores (descumprimento do objeto licitado e falência). Nos certames públicos, as informações contábeis são indispensáveis, uma vez que,

são rigorosas e burocráticas as exigências documentais e comprobatórias da capacidade do participante e futuro contrato.

Além dessas informações, a SAEB solicita, nas licitações superiores a R\$ 80.000,00, as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) e os índices econômico-financeiros da empresa participante. A partir desses relatórios o órgão licitante analisará as informações de seu interesse (usuário externo).

A conformidade da Legislação e os critérios econômico-financeiros exigidos nos editais convocatórios são relevantes para o cadastro do participante e classificação, uma vez que o descumprimento ou a falha técnica nas demonstrações podem desclassificar e inabilitar o concorrente do processo licitatório. Dessa forma, o pequeno empresário pode perder uma oportunidade de negócio com o Poder Público (alternativa de faturamento e clientela) e, com isso, deixar de contribuir com o desenvolvimento econômico e social.

Assim, fica evidente a necessidade da educação continuada dos profissionais da contabilidade para assessorar os micro e pequenos empresários nos processos licitatórios, colaborando para que estes alcancem êxito e sucesso no mercado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE. **Diretor do SEBRAE defende a inovação para ampliar o PIB.** Revista Pequenas Empresas e Grandes negócios. 2013. Disponível em: < <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI238406-18478,00-DIRETOR+DO+SEBRAE+DEFENDE+A+INOVACAO+PARA+AMPLIAR+O+PIB.html> > acesso em: 13 abr. 2014.

BAHIA (Estado). Secretaria de Administração do Estado da Bahia. **Compras Governamentais - Guias e Manuais de Licitações Públicas.** 5º ed. 2011 - Governo do Estado da Bahia – SAEB.

_____. Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB. **Compras públicas:** ciclo de Desenvolvimento social. 2014

_____. Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado da Bahia:** 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e outras providências. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

_____. **Lei 11.649, de 10 de novembro de 2009a**. Regulamenta o tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Estadual. Disponível em:
<http://www.comprasnet.ba.gov.br/Documentos/Titulo_leg_76967897918102011155550.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Conselho Federal De Contabilidade. **Resolução CFC Nº. 1.255/09, de 10 de dezembro de 2009b**. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em:
<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/manuais_pmes/conteudo/sup_3.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.

_____. Ministério do Planejamento/ Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Informações Gerenciais de Compras e Contratações Públicas: Micro e Pequenas Empresas (2013)**. Disponível em:
<http://comprasgovernamentais.com.br/wp-content/uploads/2014/01/01_A_06_INFORMATIVO_COMPRASNET_MPE_2013_V2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Ministério do Planejamento/ Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **O que você pode fazer para comprar mais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte [entre 2007 e 2014]**. Disponível em:
<<http://www.cadterc.sp.gov.br/usr/share/documents/Cartilha%20MPEs%20setembro2008.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Tribunal de contas da União. **Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU**. 4.ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. Disponível em
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057620.PDF>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CARNEIRO, Murilo; MATIAS, Alberto Borges. **Orçamento Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.

CÂMARA. Delano. **Licitações Públicas X Microempresas e empresas de pequeno porte**. 2013. Disponível em: <http://www.tce.pi.gov.br/site/arquivos-de-eventos/doc_download/1013-licitacoes-publicas-x-microempresas-e-pequenas-empresas-de-pequeno-porte>. Acesso em: 19 mar. 2014.

COMPRASNET. **Informação para as Comissões de Licitação**. Disponível em: <http://www.comprasnet.ba.gov.br/perguntas_fornecedor.asp>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CONSELHO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_contabilidadePME.pdf >. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. **Processo Licitatório e a Lei Complementar 123-2006: Microempresa e a empresa de pequeno porte: teoria e prática**. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_manual_licitacoes_2012.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.

GOES, Simões Helton. **93% dos municípios violam lei que ajuda as micro e pequenas**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/61582-93-dos-municipios-violam-lei-que-ajuda-as-micro-e-pequenas.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

JABOR, Marcela. **Favorecimento das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações diferenciadas**. Disponível em <<http://direitocaela.blogspot.com.br/2013/03/favorecimento-das-microempresas-e.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

LEGISLAÇÃO Microempresa. **Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.smpes.df.gov.br/informacoes/legislacao-microempresa.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituição de Direito Público e Privado**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, Ricardo Silva das. **Participação das Microempresas e empresas de Pequeno Porte nas Licitações – Empate**. Disponível em <<http://www.nevesassociados.com.br/licitacoes/participacao-de-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-em-licitacoes-desempate/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Repercussões do estatuto das microempresas e das empresas de pequeno porte em licitação pública**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28629-28647-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos – Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo: Método, 2014.

PIMENTA, Carlos César: **Desafios e oportunidades no setor de compras governamentais na América Latina e Caribe: o caso brasileiro**. Brasília: Enap, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/824/Texto%20para%20discuss%C3%A3o%2025.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

ROCHA, Diego Targino de Moraes et al. Desenvolvimento de política De compras a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no estado de Pernambuco. In: VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília. **Anais eletrônicos do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília: CONSAD, 2013. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/925/1/C6_TP_DESENVOLVIMENTO%20DE%20POL%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SANTIAGO, Wagner de Paulo; SANTIAGO, Deborah Dias Cardoso e. **Análise dos impactos na aplicação do tratamento diferenciado dado as micro e pequenas empresas nas licitações com a administração pública: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes**. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/525.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SANTOS, José Anacleto Abduch. As licitações e o Estatuto da Microempresa. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n.14, jun./jul./ago.2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-14-JUNHO-2008-JOSE%20ANACLETO.PDF?origin=publication_detail>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro; MARION, José Carlos. **Manual de Contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.

STROPPIA, Christianne de Carvalho. **Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações**. Disponível em: <<http://www.usp.br/gefim/legislacao/PARTMPESEMLIC.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2014.

UNIMAR. Universidade de Marília. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2012.

VIEIRA, Jair Lot. **Licitação e Contratos da Administração**. 26. ed. Revisa atualizada. [S.l.]: Edipro, 2013.